

HABEAS CORPUS Nº 501.564 - MG (2019/0089946-2)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : THADEU FILIPE SILVA FELIX
ADVOGADO : THADEU FILIPE SILVA FELIX - MG149800
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : R F DOS S (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de R F DOS S, na qual se pretende a revisão de decisão monocrática de Integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - HC n. 1.0000.19.032053-1/000, que indeferiu pleito liminar em *writ* impetrado na mencionada Corte.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado como incurso nas sanções do art. 217-A c/c 226, inciso II, ambos do Código Penal, tendo sido decretada sua prisão preventiva em 15/03/2019.

Entende o impetrante, em suma, que não estariam presentes os requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal para a decretação da segregação cautelar.

Sustenta a falta de contemporaneidade dos fatos descritos como criminosos (que foram registrados na data de 07/12/2017) e o decreto de prisão, sobretudo considerando-se que **"NINGUÉM PODE SER PRESO PREVENTIVAMENTE, PARA PRESERVAR A INTEGRIDADE FÍSICA DE OUTREM, APÓS 01 (HUM) ANO E 04 (QUATRO) MESES DO REGISTRO DA SUPOSTA AMEAÇA"** (e-STJ fl. 6).

Realça as condições pessoais favoráveis do paciente, que seria primário, com ocupação lícita e residência fixa, predicados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP), expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça, "na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, entende que não cabe habeas corpus contra decisão que indefere liminar na origem" (AgRg no HC 417.895/TO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 23/10/2017).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular, tendo em vista que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando fundamentada a negativa do pleito liminar.

Com efeito, o Desembargador Relator consignou que *"Em análise dos autos, em que pesem as alegações do impetrante, não se verifica de plano a plausibilidade do direito alegado, razão pela qual entendo mais prudente colher as informações do Juízo de primeiro grau, cabendo à Turma Julgadora, oportunamente, a*

análise definitiva do writ" (e-STJ fls. 100-101).

Desta forma, não se constata qualquer vício na negativa do pleito liminar formulado no *mandamus* originário, tendo sido declinadas justificativas plausíveis para o indeferimento da cautela almejada, sendo certo que o revolvimento das questões nele aventadas e aqui reiteradas certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois serão alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

